



ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Herculano Borges, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Bom dia, deputados Marçal Filho, Barbosinha, Mara Caseiro, Professor Rinaldo e Antonio Vaz. Esses são os colegas que participam desta Sessão de forma remota. Estão no Plenário os deputados Paulo Corrêa, Paulo Duarte e Pedro Kemp. Bom trabalho a todos! Cumprimento também os servidores desta Casa e quem nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pela internet. Leitura da ata. *"Ata da Septuagésima Sexta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e onze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Oitenta e Oito da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido pelo primeiro-secretário. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Herculano Borges e Pedro Kemp. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Herculano Borges, Lucas de Lima, Evander Vendramini e Zé Teixeira. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projetos de Resolução nºs 22 e 23/2022, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 140/2022, de autoria do deputado Jamilson Name. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 192/2022, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria dos deputados Paulo Duarte, Amarildo Cruz e Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Zenildo Pereira Dantas; requerimento de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Miguel da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Herculano Borges, endereçada aos familiares de Jorcelino de Aquino Farias; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada à Danúbia Helmich, especialista em Branding, Imagem e Networking para Gestão de Carreira, Voltado para Empreendedoras; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à professora Fátima Silva, pela criação do Centro de Eventos e Cultura Professora Fátima Silva, a ser inaugurado no dia 2 de setembro do corrente ano, no município de Coronel Sapucaia; requerimento de moção de congratulação, de autoria do*



*deputado Herculano Borges, endereçada ao pastor Adrian Urban, estendida a todos os membros da Igreja Batista Filadélfia, pelos nove anos de existência desta honrosa e notável igreja, na cidade de Maracaju; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao secretário de estado de Cidadania e Cultura, senhor Eduardo Pereira Romero, e ao diretor-presidente da Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Gustavo de Arruda Castelo, estendida a todos os funcionários e colaboradores, pela realização do 21º Festival de Inverno de Bonito; indicações, de autoria dos deputados Capitão Contar, Herculano Borges, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Neno Razuk, Lucas de Lima, Zé Teixeira, Marçal Filho, Jamilson Name, Pedro Kemp, Evander Vendramini, Amarildo Cruz e Paulo Duarte. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Paulo Duarte. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, trinta e um de agosto do ano de dois mil e vinte e dois".* Senhor presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Zé Teixeira, primeiro-secretário, que proceda à leitura do expediente. Não há expediente a ser lido. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Augusto Santos Turine, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, solicitando o restabelecimento dos sites dos jornais laboratoriais do Curso de Jornalismo. Justificativa: A UFMS suspendeu os sites de jornalismo laboratorial e também os sites de pesquisas do curso, utilizando como justificativa a obediência à legislação eleitoral. No entanto, os sites são imprescindíveis para o curso, haja vista que, hoje, eles são o melhor meio de veiculação de informações e notícias disponibilizado aos acadêmicos. Segundo acadêmicos e professores, a medida é excessiva e indevida, uma vez que nunca foi adotada em eleições anteriores; até porque as ações acadêmicas e o conteúdo pedagógico não configuram campanha eleitoral. Portanto, não há justificativa jurídica para a adoção de uma medida extrema como essa por parte da reitoria. Vale ressaltar que nem o Planalto retirou seu site do ar, mesmo o presidente concorrendo à reeleição. Agindo desta forma, este Parlamento reforça a reivindicação da comunidade acadêmica, especialmente em razão do prejuízo que essa medida causa às atividades pedagógicas do Curso de Jornalismo. Ontem, eu participei de uma manifestação realizada em frente à Reitoria. Os estudantes, os professores e o coordenador do curso confirmaram que a universidade retirou do ar os referidos sites, prejudicando, assim, grandemente a realização das atividades formativas do curso pelos estudantes e a realização de pesquisas pelos professores. Há, diga-se de passagem, pesquisas que estão em andamento há dez anos, e, de uma hora para outra, o site saiu do ar. Então, os alunos e os professores reivindicam o restabelecimento dos sites pedagógicos e de pesquisa do curso, para que a situação seja normalizada. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra o, deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Senhor presidente, eu tenho uma moção de congratulação a apresentar. Hoje, dia 1º de setembro, é comemorado o Dia do Profissional de Educação Física. Eu escolhi esta profissão na juventude, e tenho o prazer de fazer parte do corpo dos profissionais de educação física do nosso estado. Esta data foi consolidada após a aprovação da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, que regulamentou a nossa profissão e criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Educação Física. Outrora, qualquer pessoa — mesmo sem formação empírica — podia exercer nossa profissão. Após a regulamentação da referida lei, nós começamos a conquistar espaço e valorização na sociedade. Hoje, o profissional de educação física não está apenas nas escolas, nas salas de aula, nas quadras, nos campos, nas piscinas, nas pistas de atletismo — ele está também em todos os ambientes em que exercícios físicos são praticados. Vale destacar que os profissionais da educação física estão também na área da saúde, e atuam tanto no pós-tratamento quanto na prevenção de enfermidades. E nós já percebemos que houve avanços significativos no tratamento dos pacientes. Hoje, o profissional de educação física tem espaço nos postos de saúde, nos hospitais e em diversos ambientes da sociedade. Na época em que eu estava na faculdade, muitos diziam que a educação física seria a profissão do futuro. Hoje, vemos isso se tornar realidade. Quero registrar que está aqui conosco a Silvana, nossa colega de profissão, representando os profissionais de educação física na Assembleia. Em nome da presidente do CREF-MS da 11ª Região, professora Eliane de Matos Carvalho, e do seu primeiro-vice-presidente, senhor Jolimar Guimarães de Oliveira, cumprimento todos os profissionais de educação física do estado e digo que, para mim, é uma honra representá-los aqui na Assembleia Legislativa. Juntos, nós conseguimos elevar a nossa profissão a um lugar de destaque na sociedade. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Acho que ele está com problemas de conexão. Solicito que ele venha ao Plenário...

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Eu gostaria de encaminhar uma moção de pesar.

PRESIDENTE (deputado Paulo Correa - PSDB) — Sim, senhor.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Obrigado. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares de Franciele Sutil. Ontem, no começo da noite, eu fui surpreendido com a notícia do falecimento dela. Segundo informações, a Fran (como ela era chamada) estava de moto e acabou se envolvendo num acidente fatal aqui em Dourados.



Atualmente, ela era zeladora do prédio onde fica a minha emissora, a Rádio 94 FM. Sempre que ela ia à recepção da minha empresa, nós conversávamos e sorriamos bastante. Ela era muito querida por todos. Infelizmente, ela deixa o marido e um filho pequeno. Minhas condolências a toda a família enlutada da nossa querida Franciele Sutil. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu concedo a palavra ao deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Senhor presidente, eu quero apenas reiterar um requerimento feito em sessões anteriores, que foi endereçado ao diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, senhor André Borges de Barros, e ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, senhor Jaime Elias Verruck, com relação ao projeto de licenciamento para a construção de uma PCH no município de Pedro Gomes, considerando a importância da Cachoeira Água Branca — a segunda maior de MS em termos de queda livre —, localizada entre os municípios de Pedro Gomes e Sonora. Tal solicitação se deve à necessidade de preservação daquela bela cachoeira, potencial turístico da região. Diante disso, nós solicitamos a cópia do processo de licenciamento da PCH. Essa solicitação foi protocolada no dia 5 de agosto, e até hoje o Imasul não se manifestou. É importante que haja uma PHC no local, devido ao início das obras que estão sendo feitas na região, e é necessário que haja um acompanhamento técnico ali. Ressalto que, para reforçar essa solicitação, nós encaminhamos expediente nesse mesmo sentido ao Ministério Público do Meio Ambiente. Ademais, quero reiterar o requerimento que apresentamos no último dia 30 de agosto referente ao impacto das normas emitidas pelo Ministério do Meio Ambiente constantes da Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022, que atualiza a lista de espécies protegidas e inclui o pintado como espécie vulnerável. Há uma previsão de que, a partir do dia 5 de setembro, a pesca do pintado seja proibida em todo o estado. Nesse sentido, eu fiz um requerimento à Secretaria de Meio Ambiente e ao Imasul, solicitando: a cópia da declaração, o atual estoque pesqueiro do nosso estado, questionamento da Portaria, enfim, e os documentos que foram pedidos. Nós ouvimos pela imprensa que o Imasul está tomando providências e que o Governo do estado está entrando com ações na Justiça, visando a que os efeitos da portaria não sejam estendidos ao nosso estado, uma vez que existe estoque pesqueiro de pintado suficiente em Mato Grosso do Sul. Agora nós estamos no aguardo da documentação que foi solicitada. E foi estabelecido um prazo de setenta e duas horas para que essas informações chegassem ao nosso conhecimento. Nós solicitamos às instituições competentes celeridade, porque a Portaria MMA nº 148 entra em vigor aqui no estado no dia 5 de setembro. Somente isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos senhores deputados (*Uma indicação e uma moção de pesar, de autoria do deputado Barbosinha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Reinaldo Azambuja, governador do estado, solicitando a realização de estudos e o encaminhamento de um projeto de lei que altere o parágrafo 2º do artigo 10º da Lei nº



5.146, de 27 de dezembro de 2017, no sentido de permitir que o serviço público de transporte escolar possa buscar os alunos da Rede Estadual de Ensino residentes na zona rural, em distâncias menores que três quilômetros, sugerindo-se o limite de até um quilômetro como adequado e razoável (Prot. nº 02993/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o douto Plenário, nos termos do inciso XV do artigo 173 do Regimento Interno, que seja enviada moção de pesar aos familiares de Maria José dos Santos, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 30 de agosto de 2022 (Prot. nº 02994/2022). Uma projeto de resolução, de autoria do deputado Evander Vendramini. Projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Kazuto Horii (Prot. nº 02787/2022). Um indicação e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Herculano Borges. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita municipal de Campo Grande, com cópia ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando a implantação de um redutor de velocidade (quebra-molas ou lombada eletrônica) na rua Yokoama, mais precisamente entre as ruas Tóquio e Damasco, no bairro Santo Amaro (Prot. nº 02991/2022). Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Eliane de Mattos Carvalho, presidente do Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região, com cópia ao seu primeiro-vice-presidente, Jonimar Guimarães de Oliveira, estendida aos profissionais de educação física do estado de Mato Grosso do Sul, pelo Dia do Profissional de Educação Física, comemorado hoje, 1º de setembro de 2022 (Prot. nº 02992/2022). Uma indicação, de autoria do deputado Jamilson Name. Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Flávio da Costa Britto Neto, secretário de estado de Saúde, solicitando que o município de Nioaque seja contemplado com o mínimo necessário de medicamentos para tratamento médico na rede pública, de forma a atender aquela população, que, atualmente, precisa fazer uma viagem de até setenta quilômetros para receber atendimento médico (Prot. nº 02988/2022). Quatro indicações, de autoria do deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa Legislativa ao senhor governador do estado, Reinaldo Azambuja, bem como ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar, senhor Marcos Paulo Gimenez, solicitando a realização de policiamento preventivo e ostensivo no bairro Nova Lima (Prot. nº 02995/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da rua Pires do Rio, no bairro Vilas Boas (Prot. nº 02986/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da rua Arica (Prot. nº 02985/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura e



Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, e à secretária municipal de Educação, senhora Alelis Izabel de Oliveira Gomes, solicitando que sejam efetuadas melhorias na Escola Municipal Professor Licurgo de Oliveira Bastos, conforme documentação anexa (Prot. nº 02984/2022). Um projeto de lei, de autoria da deputada Mara Caseiro. Projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Associação Bataguassuense de Prevenção, Tratamento e Recuperação de Dependentes Químicos Amor e Vida, com sede no município de Bataguassu (Prot. nº 02989/2022). Uma moção de pesar, de autoria do deputado Marçal Filho. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares da senhora Franciele Sutil de Assis, pelo seu falecimento, ocorrido em 31 de agosto do corrente ano, no município de Dourados (Prot. nº 02996/2022). Uma indicação, de autoria do deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Augusto Santos Turine, solicitando o restabelecimento dos sites dos jornais laboratoriais do Curso de Jornalismo (Prot. nº 02990/2022). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 140/2022. Autor: deputado Jamilson Name. "Institui a Campanha de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual e Moral no Esporte, e inclui, no anexo do Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, o Dia de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual e Moral no Esporte". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 140/2022, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar? Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Felipe Orro? Como vota o deputado Gerson Claro? Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Senhor presidente, mais uma vez, cumprimento o autor pelo projeto. A meu ver, a proteção às crianças deve chegar a todos os setores da sociedade. Nós fazemos um trabalho muito forte nesse, que é realizado por meio das ações do Maio Laranja. No ambiente esportivo também há pessoas más que se infiltram nesse segmento a fim de abusar das crianças. E este projeto vem para preencher mais uma lacuna. Esperamos que esta proposta seja eficiente no que tange à proteção às crianças. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota, em tempo, a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença para votar. Voto sim. Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Senhor presidente, dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 021/2022. Autor: deputado Evander Vendramini. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Gerson Claro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 021/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini.



Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar? Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Felipe Orro? Como vota o deputado Gerson Claro? Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara?... Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Kazuto Horii. Vai ao Expediente. Item 3. Projeto de Lei nº 111/2022. Autor: deputado Capitão Contar. "Institui, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, a 'Semana Estadual de Conscientização sobre Carga Tributária', e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por maioria, ao projeto e à Emenda Modificativa nº 01, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 111/2022, de autoria do deputado Capitão Contar.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Este projeto é muito importante. Acho que seria interessante a organização de uma programação a fim de se debater o impacto da carga tributária em nosso estado e a fim de mostrar à sociedade quem paga impostos neste país. Aliás, como se sabe, quem paga mais imposto, proporcionalmente falando, é o pobre. É importante enfatizar isto. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu discordo do deputado Amarildo Cruz, porque a classe média e as hiperfortunas que pagam mais impostos neste país; já os megaempresários recebem benefícios fiscais por gerarem empregos, por fazerem a renda circular e por aquecerem a economia. Eu sempre votei contra qualquer tipo de aumento relativo a impostos, mas hoje vou votar de modo diferente porque sei da relevância da proposta. Voto sim.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Quem paga imposto neste país é o pobre, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mais educação, deputado Amarildo, porque eu não o interrompi em nenhum momento.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lídio Lopes?

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo- secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: um requerimento e cinco indicações. Em discussão... Encerrada a discussão. Em Votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Proposta pela Casa, em razão do falecimento do senhor Francisco Leal de Queiroz. Em discussão... Encerrada a



discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo deputado Herculano Borges, em razão do falecimento da senhora Maitê Leal Portela. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de pedir a inversão da minha fala com o deputado Paulo Duarte, que, hoje, tem um assunto importante a tratar aqui.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Concedida a inversão, deputado. Nós começamos a analisar o caso ontem. De fato, é importante o que o deputado Paulo Duarte tem a dizer. Vossa Excelência disporá de quinze minutos, deputado Paulo Duarte. Solicito ao segundo-secretário que assuma a presidência.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB - sem revisão do orador) — Presidente Paulo Corrêa e deputado Pedro Kemp, obrigado. Ontem, nós falamos sobre uma denúncia contra a operadora de telefonia Vivo. Na realidade, agora, já não estamos falando apenas da Vivo, mas também da Claro, da TIM, enfim, de todas as operadoras de telefonia do estado. E, ontem, eu fiz a denúncia de que as empresas de telecomunicações estão embolsando dinheiro do consumidor. Isso já foi confirmado. Eu vi agora a pouco o debate sobre questões tributárias, e, como auditor da Receita Estadual e ex-secretário de Fazenda, posso dizer que este tema me interessa muito. Ontem, nós provamos aqui que a operadora Vivo está surrupiando dinheiro do consumidor. O governo federal e o governo de Mato Grosso do Sul reduziram o ICMS, de 27% para 17%. Portanto, como aconteceu com o combustível, deveria ter ocorrido uma redução no preço final do serviço de telefonia também. Ontem, eu trouxe faturas da Vivo; hoje eu trouxe faturas da Claro, dos meses de junho e agosto, para lhes mostrar o problema. Eu escolhi a fatura desses meses porque a lei sobre a qual estou falando entrou em vigor no mês de julho. E o fato é que as operadoras não reduziram o valor das faturas após a sanção da lei. Portanto, senhores, estamos diante de um assalto, de um rombo milionário; as operadoras estão tomando na mão grande o dinheiro do consumidor. Ora, Mato Grosso do Sul e outros estados abriram mão da receita para quê? Para reduzir o preço final de produtos essenciais, como combustíveis, energia elétrica, telecomunicações. E, ontem, para a coisa ficar mais estarrecedora, a Vivo, depois que eu fiz a denúncia, emitiu uma nota. Mas pensem em uma nota sem vergonha e a multiplique por dez. É uma sem-vergonhice. A Vivo e as demais operadoras lidam com o quê? Com altíssima tecnologia, elas conhecem tudo sobre tecnologia, são multinacionais, possuem o que há de mais avançado em tecnologia. E sabem o que a Vivo fez? Publicou uma nota oficial dizendo que não reduziu o valor do serviço que presta porque não adequou o sistema e que assim que fizer a adequação vai devolver o dinheiro aos consumidores prejudicados. Ou seja, ela vai devolver quando achar que deve. Pensem numa coisa absurda. Empresas multinacionais vêm para o Brasil, ganham dinheiro a rodo e, como se não bastasse, agora estão roubando. Sim, roubando. Eu não encontro outra palavra para nomear

isso. E são todas as empresas. A Vivo é ré confessa, ela já confessou o delito. A questão é que, como diria o Chaves: “Foi sem querer, querendo”. “É que não deu para a gente adequar o sistema”. Olhem, apesar de ser formado em economia, não tenho como dizer o valor exato, mas asseguro-lhes que essas empresas estão embolsando milhões de reais. Essas empresas tiram dinheiro do consumidor, que teria de pagar menos pelo serviço, tiraram dinheiro da economia da população. Ou seja, o governo federal e o governo do estado tentaram melhorar a condição econômica do país, mas essas multinacionais ficaram com o dinheiro; e, por serem multinacionais, o dinheiro vai embora, obviamente, até porque elas empregam muito pouco. Como se sabe, hoje, a maioria das coisas é feita digitalmente, e, com isso, reduziu-se drasticamente o número de contratações. Bem, mas eu fiz questão de voltar à tribuna, porque ontem eu falei só da Vivo, mas todas as operadoras estão cometendo crime de apropriação indébita, porque o ICMS é um imposto indireto. Ou seja, não é o empresário que arca com o ônus do imposto, quem arca é o consumidor final, quando compra pão, quando compra feijão, porque no preço do produto já está embutido o imposto. E a mesma coisa acontece com qualquer tipo de produto ou serviço. Logo, com o serviço de telecomunicação não é diferente, ou seja, na fatura já vem o imposto. E o imposto foi reduzido de 27% para 17%. Portanto, o valor do serviço de telecomunicação deveria ter sido reduzido na mesma proporção que foi reduzido o combustível. Então, repito: talvez, deputado Pedro Kemp, nós estejamos diante de um dos maiores desvios deliberados de dinheiro: primeiro, do consumidor, que é quem está pagando uma conta mais alta; segundo, da educação, da saúde, da segurança pública. Vossa Excelência sabe que, do imposto arrecadado, automaticamente, 25% são destinados, por exemplo, para a educação; 12% do ICMS do estado vão direto para a saúde, e os outros 25% vão para os municípios. Então, o que aconteceu? O estado abriu mão de uma porcentagem do imposto para quê? Para que a população pagasse um preço menor pelo serviço de telefonia, como aconteceu com a gasolina, e não para as empresas ficarem com o dinheiro. Então, agora, eu posso dizer seguramente que todas as empresas de telecomunicações: Vivo, Claro, TIM, todas estão cometendo crime de apropriação indébita. Concedo um aparte ao deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Paulo Duarte, primeiramente, eu gostaria de parabenizá-lo pelo discurso. O deputado estadual tem, entre outras funções, a de fiscalizar as instituições prestadoras de serviços e também a de defender os direitos da população. Neste caso, nosso papel é defender os direitos dos consumidores, e Vossa Excelência está fazendo isso, está fiscalizando, está cobrando providências. E Vossa Excelência deve saber o que significa “SCC”, não é?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Perfeitamente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É o que está acontecendo neste caso.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Esse é o “SCC”.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exato. “Se colar, colou.”



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois é.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, a empresa vai se fazendo de morta, não está acompanhando o que está acontecendo. E quando alguém descobre o problema, a empresa simplesmente diz: “Não deu tempo de adequar o sistema!”. Uma desculpa muito fraca, muito esfarrapada. Mas eu acredito que agora a empresa deve não só se adequar às exigências da legislação, mas também ressarcir a população, que foi lesada neste sentido, pelo prejuízo que lhe foi causado. Acredito que essa redução de imposto foi feita para aliviar para a população, num período tão difícil como este que estamos vivendo, de inflação, de alimentos caros, de combustível caro, de pós-pandemia. Muita gente ainda está com dificuldades para retomar suas atividades produtivas etc. E a empresa deu um "jaguané" aí, não é? Se ninguém descobrisse, a situação ficaria enrolada por mais tempo, gerando um rombo de milhões. Agora as empresas vão ter que devolver aos consumidores esse valor que lhes foi cobrado a mais.

DEPUTADO PAULO DUARTE - PSB) — Obrigado, deputado. E nós estamos tomando providências. Hoje, eu estou finalizando uma representação que vou protocolar no Ministério Público Federal, por ser o serviço de telefonia uma concessão federal. E essa representação não vai ser como a notinha imoral da Vivo, que, com suas palavras, disse que ocorreu um erro em seu sistema e que vai devolver o dinheiro dos consumidores quando quiser. Na verdade, ela vai devolver o dinheiro surrupiado do consumidor, sim, e em dobro. Porque isso está no Código de Defesa do Consumidor. A empresa deverá, além de devolver o dinheiro, ser multada. E que isso sirva de exemplo. É inadmissível que empresas que lucram absurdamente e que mandam a maior parte do lucro para fora do país, por serem multinacionais, venham ao nosso estado e quiçá ao Brasil para pegar dinheiro da população assim na mão grande. Eu estou investigando essas empresas, e não duvido de que esse crime esteja espalhado pelo país. Talvez, Mato Grosso do Sul esteja alertando o país para esse crime de apropriação indébita cometido por empresas de telefonia. Essas empresas têm concessão para explorar o serviço de telefonia, não para explorar o consumidor. Era o que eu tinha, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Obrigado, deputado Paulo Duarte. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Evander Vendramini. Transferida. Com a palavra, o deputado Herculano Borges. Transferida. Não havendo mais nenhum deputado inscrito, vou declarar encerrada a presente Sessão. Que Deus abençoe a todos! Está encerrada a Sessão (10h6min).